

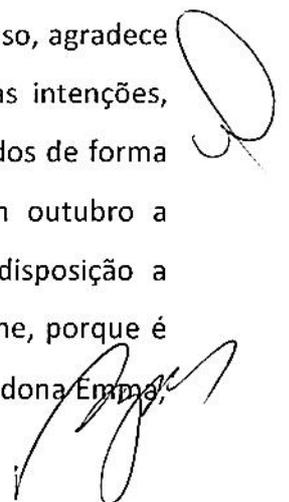
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Ata da Reunião Ordinária de 22 de Junho de 2022

Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, Juarez, Diretor do Departamento de Gestão Ambiental, SEURBS, abre a plenária, agradecendo a presença dos conselheiros do COMAM via remota e os presentes no auditório. Inicia fazendo um breve relato da pauta do dia, enquanto aguarda a presença do presidente Manara. A SABESP vai falar sobre a qualidade da água, as atividades da Semana do Meio Ambiente, o Projeto Ambiental do CAEB, apresentação do engenheiro Rogério Mazzeo, Atividades de licenciamentos edílios, diretor Rodolfo, e as prospecções de locais para plantio de arborização urbana, um trabalho desenvolvido em parceria com o IPT, uma plataforma de municípios disponíveis, de locais de plantio. Informa que Ricardo Law, solicitou cinco minutos para participação do senhor Nelson de Oliveira, que está promovendo um ato em defesa da mata ciliar do Bosque dos Ipês, na Região Morumbi. Solicita uma inversão de pauta e passa a palavra para Rogério Mazzeo que inicia agradecendo o convite e que seu objetivo é de apresentar as ações ambientais do Centro Ambiental Eduardo Bonetti, uma ONG que foi fundada em 2017, tem algumas atividades desde 2015, mas foi formalizada em 2017. A Presidente se chama Ema Salomão Bonetti, a intenção era de deixar um legado para a cidade, na questão de projeto socioambiental e artístico cultural. Foi criado em um espaço, que era utilizado antes para fazer uma capacitação de técnicos, de administradores, tinha um espaço de 42 mil metros quadrados, uma estrutura, e onde foi montado esse Centro Ambiental e Artístico Cultural. Que o CAEB fica localizado na Zona Sul do Município de São José dos Campos, no Bairro do Torrão de Ouro, numa área de 42 mil metros quadrados, com área verde, destinada para realização de ações e eventos culturais e ambientais. Como esse núcleo é socioambiental, ele pode trabalhar com projetos que tenham um vínculo para deixar um legado para a sociedade, mas que incorpore esses conceitos de natureza e também conceitos de música e arte, que são duas questões que na visão dos idealizadores do projeto são onde o terceiro setor pode colaborar com o primeiro setor para aprimorar essa questão na cidade. Está localizado na Rua Bezerra de Menezes, convida a todos a visitar. Esse projeto da Embaixada da Natureza é um projeto em parceria com a AFAC que administra o Parque Vicentina Aranha, foi criado esse projeto, tem essa

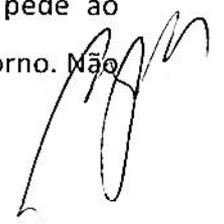
semelhança com esse conceito da embaixada, de país em um território estrangeiro, como se fosse uma Embaixada da Natureza no território da sociedade humana. Esse projeto é mais amplo e todos os demais são subprojetos criados na embaixada. A sede da embaixada fica no Parque Vicentina Aranha e no CAEB chamamos o espaço de Consulado Geral da Natureza buscando essa semelhança com esse conceito. Essa divulgação e atividades de fazer essa Trilha Ecológica também chamada de Banho de Floresta, que é um conceito que surgiu no Japão, mas hoje é difundido no mundo inteiro, da pessoa estar imersa nessa atmosfera da floresta ou de área natural, mas que vários estudos comprovam os benefícios que essa atividade tem, tanto psíquicos como físicos e emocionais para as pessoas, principalmente para essas doenças chamadas da vida moderna, depressão, ansiedade, entre outras coisas, em japonês chama Shinrin'yoku. O Programa Naturalista Mirim feito especificamente para as crianças, o nome já tem essa palavra em Tupi, que é Mirim para fazer um link com o trabalho que foi feito dos naturalistas europeus que passaram pelo Brasil por volta de 1840, especificamente, pelo Vale do Paraíba. Que há alguns relatos muito interessantes e que conta essa história para as crianças com atividades de sensibilização em uma área natural, buscando coletar sementes, folhas, fazendo alguma prática que desperte na criança esse senso de observação da natureza e esse interesse de conhecer mais. A horta PANC é essa horta de plantas alimentícias não convencionais, um projeto também interessante que já foram feitas algumas atividades para melhorar a alimentação das pessoas e divulgar essas plantas que tenham alto poder nutricional, mas que hoje são consideradas não convencionais, já que perdemos o costume de utilizar. Que também tem na área do CAEB um Pomar Agroflorestal, pequeno, mas é uma unidade demonstrativa, nesse sistema de agrofloresta, que também é uma tendência hoje quase que mundial de promover essa integração de plantas agrícolas com plantas florestais, um projeto de restauração, mas que traga benefícios para a sociedade em curto, médio e longo prazo. O Projeto das Abelhas Nativas sem Ferrão, o Meliponário, também interessante, é preciso ter polinizadores para conseguirmos cumprir o ciclo da natureza. O CAEB ficou sendo o ponto de cultura e recebeu o título de utilidade pública, está cadastrado no Conselho Municipal dos Direitos da Criança, o CMDCA e tem essa trajetória para esses projetos culturais, sociais e ambientais. Esse projeto da natureza é uma parceria, com objetivos de desenvolvimento sustentável no CAEB. Um exemplo do Programa Naturalista Mirim que está ocorrendo desde dezembro do ano passado é atividade de escalada com crianças feitas no Parque Vicentina Aranha dois

domingos por mês. Que no próximo mês terá uma academia de escalada em árvore que vai acontecer como se fosse uma academia de balé, de ginástica, de natação que a criança vai durante a semana e vamos manter esses eventos gratuitos dois domingos por mês. Uma horta PANC no CAEB, que nessa época está em reforma, já com as plantas todas estabelecidas. É um ponto bem interessante para as atividades de educação ambiental, material produzido no CAEB para melhorar as oficinas e os cursos. Tem um pomar agro florestal, com milho, abóbora, árvores frutíferas, feijão guandu e uma diversidade que tem nos projetos agroflorestais, uma área relativamente pequena, com cerca de mil metros quadrados. Tem o programa de Choro Alado, um projeto ambiental e cultural junto, desenvolvido pela Raquel Aranha, ela tem essa questão da música, do chorinho, por isso que chama Choro Alado, do chorinho que tem inspiração em diversas aves da fauna brasileira. O Meliponário, construído é um condomínio de abelhas, as pesquisas também de uma guia de fungos, que foi feito pela professora Elisa da UNIFESP, o guia de aves, que foi feito pelo veterinário Vagner Camilotti e o guia de PANCs, está sendo desenvolvido o Guia de Árvores. As atividades presenciais retorna em março, curso de meliponicultura e no final desse mês será publicada nas redes sociais a agenda para o segundo semestre. Que o grande objetivo é promover o equilíbrio das relações do homem com a natureza, aproximar as pessoas da natureza, despertar a observação da natureza e capacitar pessoas para poder colaborar nesse processo de conservação e restauração ecológica. Os projetos que estão sendo desenvolvidos do Instituto de Manejo Ambiental foram feitos para dar os cursos, oficinas. O Observatório de Aves, academia de escalada de árvore, que é a primeira escola de escalada em árvore que nós vamos ter no Brasil, cursos de coletor de semente ou curso para fazer poda. Em resumo essas são algumas das atividades ambientais do CAEB, divulga o site para quem queria entrar em contato e espera contribuir com a Prefeitura, que a intenção do terceiro setor é de contribuir com a administração pública nos projetos e fazer em parceria. Com a palavra o Presidente Manara que pede desculpas pelo atraso, agradece ao Rogério, que as ações do CAEB são fantásticas, tamanho acervo de boas intenções, gestos realmente efetivos, projetos com muita sensibilidade, projetos idealizados de forma inovadora, atrativos, com foco na criança, pesquisas. Convida o CAEB em outubro a participar da nova reformulação e composição do COMAM. Coloca-se a disposição a disposição o CAEB para ficar atendo ao processo, para participar desse certame, porque é muito rica a contribuição de uma entidade como essa no COMAM. Parabeniza dona Emma



porque são inspiradores, é uma entidade que executa e que faz, até em silêncio, sem grandes holofotes, sem grandes alardes, mas com uma efetividade surpreendente. Lembra que tomou um café delicioso na semana passada, juntamente com a Bióloga Andrea da SEURBS. Que o prefeito Anderson Faria esteve conversando com dona Emma em um café. Manara informa que participou de uma reunião bem legal com o novo presidente da Fundação Florestal, Mario Mantovani e Paulo Groke, que foi o fundador do Eco Futuro, hoje diretor consultor do grupo da Companhia Suzano. Que já tentou provocar a Companhia Suzano para ajudar a publicar a segunda edição do Guia de Aves em São José dos Campos e segundo Alberto Queiroz, a lista revisada de São José dos Campos tem por volta 375 espécies e que a expectativa de que somente São José dos Campos, sem o Cerrado, somente Mata Atlântica, tenha perto de 450. Manara na sequência segue com a pauta e entra no assunto referente uma notícia veiculada nas mídias sociais, de que o mapa das Águas no Brasil apontava que São José dos Campos tinha dois picos preocupantes com relação a contaminantes na água servida à população Joseense. Esse assunto, obviamente, chegou ao COMAM e, dentro da sua tradição, solicitou essa participação da SABESP para que nos pudessem esclarecer o que aconteceu. De onde veio e qual a situação e como que a empresa está gerenciando essa questão da qualidade da água em São José dos Campos. Que na oportunidade, a SABESP não pode estar presente, justificou a ausência e assim o Conselho achou por bem, dentro das suas atribuições, já também agradecendo à superintendência da SABESP, estender a pauta, trazendo também a oportunidade de discutir no âmbito do Conselho o balanço sobre o contrato de concessão entre o município de São José dos Campos e a SABESP. Eles anunciaram o atendimento a essa solicitação, porém para preparar melhor uma abordagem mais ampla, esse assunto ficou para plenária do mês de julho. Presidente passa a palavra para que a SABESP fale sobre as questões relativas à qualidade da água de São José dos Campos. Com a palavra Sávio Martinez, engenheiro químico e responsável que cumprimenta a todos, que sente não ter participado no primeiro convite e esclarecer essa situação e que o ideal seria que todos os municípios nos chamassem para apresentar e esclarecer esse tipo de divulgação que tem sua validade, mas que tem impactos diferentes no entendimento, de acordo com o nível de conhecimento e informação que cada um recebe. Que esse assunto na verdade não é novo, começou há três anos em abril de 2019. Que vai apresentar a unidade rapidamente na sequência dos slides. Que o assunto começou em 2019, quando a mesma agência também

pelo UOL divulgou a questão dos agrotóxicos, os 27 na época que estavam previstos na legislação. Na sequência, esse ano, pós-pandemia, agora em março, ela soltou o mapa da contaminação, onde foi possível verificar a situação de cada cidade de forma mais detalhada. E agora mais recente, nove de maio, apontando, de fato, o dedo para SABESP, acusando, porque é uma afirmação, mas com acusação de que nós escondemos os dados de qualidade. Que a publicação não é verdadeira e que tem muitas distorções e que vai deixar esse assunto bastante claro para o conselho. Manara pede alguns minutos para que a SABESP coloque em tela a sua apresentação e solicita que o Sr Nelson de Oliveira relate seu ato dentro de 5 minutos conforme solicitação do Conselheiro Ricardo Law. Com a palavra Sr. Nelson que cumprimenta a todos e inicia falando que está vivendo um problema em seu bairro, foi citado o Morumbi, mas não é o Bosque dos Ipês com o Parque dos Ipês, em frente a um loteamento novo que está surgindo, um empreendimento novo da MRV. Destaca que a primeira questão é a ambiental porque envolve uma área de APP e também APA as margens do rio, e tem uma margem que sobra mais ou menos uns 30 metros que é a chamada APA. E na ligação desses dois bairros existe uma rua hoje fechada, ela não tem um segmento aberto. Então agora com a abertura dessa rua foi desmatada uma área grande de uns cinco mil metros, que era considerada APA, Área de Preservação Ambiental. Acredita que todo esse transtorno se deu porque faltou comunicação. A comunidade já está no local há 20 anos, e todo esse planejamento, toda essa discussão se deu sem que nem a comunidade do Bosque dos Ipês e nem a comunidade do Parque dos Ipês tivesse acesso à informação. Então ocorre que a informação não chegou correta e a comunidade quando viu o desmatamento que está se dando na área se mobilizou e busca esclarecimento, tanto por parte do Poder Público, quanto por parte do nosso representante, que no caso seria o vereador. Que no próximo sábado fará um protesto, e buscará através disso abrir o canal de diálogo com a MRV, com a Prefeitura e com o nosso representante aqui na região que são os vereadores. Presidente agradece senhor Nelson pelas informações e volta à palavra para Sávio da SABESP na continuidade da pauta com relação à qualidade da água em São José dos Campos. Presidente agradece a presença da Lola diretora do Departamento de Relações das concessionárias, porque é muito importante essa interlocução com a SABESP e o departamento dirigido pela Lola, que cumpre essa função bastante especial dentro das demandas da sociedade com a SABESP. Com a palavra Lincoln Delgado que pede ao secretário que verifique o problema apontado pelo senhor Nelson para dar um retorno. Não



podendo pular para a SABESP sem que ao menos seja dada ao munícipe essa oportunidade de que o município vai verificar o que está se tratando e obviamente, se houver algum problema ambiental atuará. Presidente pede desculpas a Lincoln e explica que a solicitação, com todo respeito ao senhor Nelson, foi feita dentro do solicitado pelo conselheiro Ricardo Law, inclusive, foi aberta uma exceção dentro do regimento, porque um conselheiro nos encaminhou ontem uma solicitação para manifestação de cinco minutos, que não está abrindo para discussão em plenária, já que não teve nenhuma documentação que foi encaminhada para que os conselheiros tivessem subsídio para poder discutir. Com a palavra Sávio Martinez da SABESP, que há 22 anos é o funcionário da empresa e o responsável por essa Divisão de Controle Sanitário que é ligado ao Departamento de Gestão e Desenvolvimento Operacional e está ligada a Unidade de Negócios do Vale do Paraíba que é sediada aqui em São José dos Campos. Nessa área de monitoramento e controle de qualidade, tanto na parte sanitária como na ambiental, são 11 anos nessa atividade, e quatro anos no Vale do Paraíba e sete anos na mesma função na Baixada Santista. Savio mostra numa planilha a atuação da SABESP em 26 municípios e o trajeto da área de atuação onde realiza o quantitativo de nove mil amostras coletadas no mês, 21 mil análises, 34 mil quilômetros percorridos. São 78 sistemas produtores de água tratada, compondo 25 estações de tratamento de água e 53 poços, 79 sistemas de distribuição, 115 poços, que significa captação subterrânea, 31 mananciais, captação superficial. São 46 estações de tratamento de esgoto e mais corpo receptor. Então essa unidade monitora todo esse ciclo, desde a captação até devolver esse efluente que era um esgoto, que virou um efluente tratado ao meio ambiente, fechando todo esse ciclo sanitário e ambiental dentro da empresa. Cada unidade de negócio da SABESP tem um controle sanitário que executa exatamente as mesmas atividades, o que muda é o porte de cada uma delas, a população atendida, número de ligações, instalações, estações de tratamento de água e esgoto. Que o corpo técnico não só realiza as análises, como os parâmetros são acreditados junto ao Inmetro, na Norma ISO 17.025 nessa última versão que é de 2017. Mostra 107 parâmetros acreditados e que em São José dos Campos, fica em duas localidades, na Paulo Setúbal e junto a Lava Pés na Zona Norte. Esse é um reconhecimento que conseguimos medir com confiabilidade, um órgão externo que nos dá um aval de que o nosso resultado é confiável e tem validade. Essa divisão de controle sanitário nasceu e resulta de uma decisão estratégica da empresa há muitos anos, baseado em duas diretrizes que é a auto certificação da

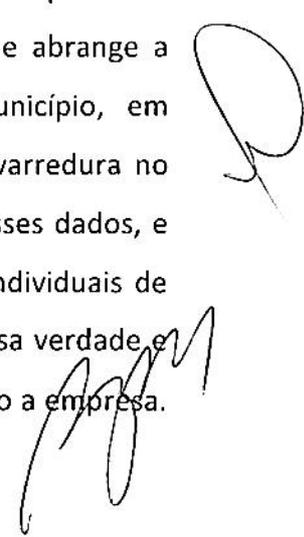


qualidade, levando em conta que o consumidor não tem outra fonte, não existe várias tubulações para ele optar por uma companhia A, B ou C por receber água, independente também do controle que os órgãos têm por obrigação de realizar sobre os serviços prestados, a SABESP trata isso como dados estratégicos na empresa, porque tem que comprovar essa garantia da qualidade através dos resultados e apresentação junto aos órgãos fiscalizadores em cumprimento a legislação pertinente. Em referência sobre o tema do convite que trouxe a SABESP ao COMAM, informa que o assunto não é recente, data de três anos, que em abril a mesma agência, através da UOL, divulgou uma lista de municípios em todo o Estado e Território Nacional e um mapeamento sobre os agrotóxicos utilizados. Na legislação anterior contemplavam 27 agrotóxicos, foi bastante discutido naquela oportunidade, em abril de 2019. Savio informa que esteve em alguns municípios fazendo algumas apresentações, porque quem recebe uma informação como essa não sabe o que fazer se toma água, compra, usa da SABESP, busca fontes alternativas. Então, para deixar bastante claro, para que não tenha nenhum entendimento sobre o que foi publicado. Que em março foi divulgado o mapa da contaminação, em maio, foi divulgado essa matéria que a SABESP omite testes que apontam contaminação de água em 132 cidades. Que ao abrir a matéria, ela faz essa afirmação de que a empresa omite problemas de qualidade na água. Essa busca de dados foram lá de trás, monitoramentos semestrais dos anos de 2018, 2019 e 2020, dados abertos do Governo Federal, publicado no Sisagua e disponível para livre consulta. Basta clicar em São José dos Campos para procurar o que está definido. Então são dados de monitoramento de controle semestral no ano de 2018, 2019 e 2020, são planilhas gigantescas. Existe uma resolução que é SS-65 do Estado de São Paulo, que em 2016 teve seu artigo 6º que foi refeito, essa resolução nos obriga no início do ano a apresentar que era na forma papel o antigo anexo um, que é um cadastro de cada sistema a qual o responsável pelo saneamento é obrigado a realizar e entregar junto à Vigilância Sanitária. O anexo dois, que é um plano de amostragem que contempla toda a vigência do ano que está começando, até o dia 10 de janeiro e mensalmente, é entregue na Vigilância Sanitária, na forma papel, o anexo três lançando todos os resultados e todos os controles de monitoramento, seja ele mensal, trimestral e semestral, que é o foco da reportagem. As leituras das amostras são feitas através de equipamentos e os resultados migram para o sistema. Que não faria sentido ficar transcrevendo dados ainda tendo o risco de uma transcrição errada, seja para favorecer, seja para prejudicar. Como o prazo era de três meses, para acertar essa "conversa

“ entre o sistema SABESP e o Webservice que é o Sistema do Ministério da Saúde, onde foram passados os dados a partir de novembro de 2016 e deixaram de ser entregues na forma papel todos os resultados e mensalmente, até o dia 10 do mês seguinte os dados do mês que finalizou e que os dados são lançados de forma eletrônica. Savio reduz algumas colunas da apresentação, que fogem totalmente da necessidade e para melhor entendimento, separa no primeiro slide mostrando os resultados de 2018, sendo o 2, 4, 6-Triclorofenol, que foi uma das substâncias que a reportagem disse ter encontrado. Não houve anomalia para 2, 4, 6- Triclorofenol para São José dos Campos. Teve um único resultado quantificado um pouco acima do limite de quantificação, que é de 0,0002 miligramas por litro, muito abaixo do valor máximo permitido e na coluna X, que mostra os parâmetros, e que é o VMP é 0,2 mg/litro de 2018. Num próximo slide Savio mostra sobre a outra substância que é o ácidos haloacéticos, um subproduto da desinfecção. Uma anomalia registrada com resultado de 0,241 mg/L é, na verdade, 0,0241 mg/L e não é uma anomalia. Provavelmente foi transcrito de forma incorreta para o relatório. A outra anomalia que ocorreu que é o 0,1367 é verdadeira. Teve uma ocorrência apenas no ano de 2018 para ácido haloacético. Então foram dois resultados para ácido haloacético atribuídos a São José dos Campos de forma errônea e apenas um foi registrado ao longo de 2018. Em 2019, sempre com os mesmos parâmetros para São José dos Campos, todos os resultados durante o ano de dentro da frequência determinada pela legislação foram menores que o limite de quantificação para 2,4,6 Triclorofenol, e não teve nenhuma ocorrência para esta substância. Uma única anomalia registrada em 2019 para ácidos Haloacéticos ocorreu e está correto. Na planilha e na fonte de dados abertos do Governo Federal não conseguimos identificar em 16/12/2020 uma anomalia para 2, 4, 6 – Triclorofenol, e que está atribuída à Fundação Vale Paraibana de Ensino, ETA Urbanova. Não foram registradas anomalias para 2, 4, 6 – Triclorofenol e Ácidos Haloacéticos em 2020 para o município. Foi solicitada uma atualização dos resultados, que foi feita de Janeiro de 2021 até abril de 2022. Esse é um relatório, entre vários que é gerado no sistema, que faz todo esse mapeamento de tudo que é realizado, apontam às anomalias, quantas amostras são coletadas e analisadas e o percentual de atendimento para ter essa comparação junto com a legislação. Na tela Savio mostra uma sequência de tudo que aconteceu de janeiro de 2021 até abril de 2022. Todos os parâmetros analisados com seus quantitativos amostrais realizados, os parâmetros orgânicos físico-químicos, apenas deixados de fora os parâmetros que saem nas contas de

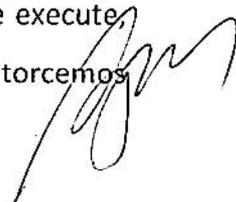


consumo, os parâmetros básicos cloro, cor, turbidez e bacteriológico. Então nesse período foram realizadas 7.439 análises, coletas no caso, identificadas quatro anomalias no período de dezesseis meses. Um índice geral de atendimento para todos esses parâmetros de 99,95%. Foram duas anomalias para ácidos haloacéticos, um de alumínio no Sistema Santa Inês, e um de ferro total, bem provável, característica da rede de distribuição, que o limite é 0,3 mg/ litro, foi identificado um pouco acima do valor máximo. Então esse foi o comportamento da água distribuída em São José dos Campos, não só dentro da reportagem 2018/2019 e 2020, como essa atualização de janeiro de 2021 até abril de 2022. Como é o correto e como é interpretado essas ocorrências na legislação. O resultado pontual não pode ser encarado dessa forma e condenar toda uma água produzida e distribuída. Tem que ser entendido e avaliado com um histórico, com dados consolidados de um ano. Então se a anomalia é recorrente, é persistente, oferece risco efetivo porque a população está mais exposta. Então tudo isso tem que ser avaliado, considerando o artigo 44, parágrafo 5º, na legislação anterior, agora é outra, onde todos esses parâmetros, no caso os dois atribuídos a São José dos Campos estão listados. Então a ocorrência é uma em 2018, outra em 2019, nenhuma em 2020. Ela não é persistente, então deve ser avaliada sempre a presença contra a persistência dessas substâncias em uma água de consumo. É a regra que vale para todo o país e assim que deve ser interpretada e não de forma alarmante como a reportagem colocou que a água tem contaminação. Uma pessoa sem nenhum conhecimento, sem uma formação específica, fica assustada, pode começar a buscar inclusive fontes alternativas de consumo. Então os resultados de controle sanitário, tanto na parte ambiental quanto a sanitária, ficam todos em um sistema plenamente auditável, no NetControl, auditado internamente também porque a SABESP tem uma área de auditoria interna para todas as áreas, tanto para essa que eu atuo, como para as demais, onde muitos resultados bons chamam a atenção e resultados ruins também chamam a atenção. Então para um parâmetro básico, por exemplo, como para bacteriologia coliforme total que abrange a parte fecal, se existe uma ocorrência significativa em determinado município, em determinado unidade de negócio, é comum essa auditoria fazer toda uma varredura no sistema da Divisão de Controle Sanitário, que é responsável por reproduzir esses dados, e confrontam o que está lançado de fato no nosso sistema com as planilhas individuais de cada laboratório. Também existe todo um controle de qualidade que cerca essa verdade e não pode ter distorção, que não esteja sendo favorecido ou esteja prejudicando a empresa.



Além de todo sistema ser rastreável a qualquer momento, qualquer intervenção, porque ele é separado por nível de acesso, cada um tem a sua habilitação lá dentro e se alguém alterou a característica de uma amostra, ela deu uma anomalia, por exemplo, era uma amostra programada, significa que está prevista na legislação e fica registrado quem fez isso. Tem que ter um motivo extremamente forte para que uma amostra mude sua característica dentro do sistema. E uma vez lançado e liberada essa amostra, ela fica pronta para formatação do mês que terminou e até o dia 10 do mês subsequente esse dado está junto ao Ministério da Saúde. E todos os dados publicados a Vigilância Sanitária de São José dos Campos tem acesso, o grupo de Vigilância Sanitária ligado ao CVS em São Paulo, que fica sediado em São José dos Campos também tem acesso, também a esfera federal. Então não condiz com o que a reportagem reproduz porque em nenhum momento nós fomos acionados pela Vigilância Sanitária do Município que tem essa atribuição de fiscalizar, de cobrar, de exigir que a legislação seja cumprida e, principalmente, diante de tantas ocorrências, de ter essa função de proteger a sociedade, que é a função dela principal e não deixar a população exposta. Ela também não identificou essa anomalia apontada pela reportagem, senão já teria exigido e de forma alguma permitir que a população corresse esse risco. O CVS, que é o Centro de Vigilância Sanitária do Estado se manifestou através desse comunicado CVS-Sama 0422 lá em março, logo após a segunda reportagem, sobre agrotóxicos e em abril também se manifestou dizendo sobre o mapa da contaminação. Está escrito da seguinte forma: "sendo assim, o contexto de produção e de gestão de dados do Sisagua deve ser considerado de maneira a não levar os consumidores de água do sistema de abastecimento a equívocos de entendimento e a busca de alternativas de abastecimento não seguras do ponto de vista sanitário impróprias em termos de sustentabilidade ambiental e proibitivas sob a ótica econômica. Em suma, as desconformidades, porventura identificadas no intenso processo de produção e consumo de água para consumo humano em São Paulo, merecem avaliações e correções permanentes. A despeito disso, a água ofertada a população paulista tem qualidade e deve ser consumida". Savio finaliza sua apresentação firmando que o CVS é um órgão fiscalizador que rege todo esse sistema e fiscaliza. Que recebe telefonemas quando o sistema não está de acordo, que oferece algum risco, por exemplo, de protozoários. Ligações diretas do Centro de Vigilância Sanitária querendo se informar de como tudo isso está. E um telefonema desses se transforma em documento, em comprovação da eficiência de cada sistema. Agradece e fica se houver

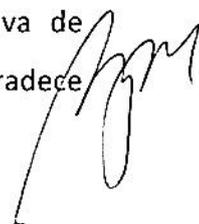
tempo, tirar alguma dúvida, à disposição. Presidente Manara agradece por esse esclarecimento, importante essa oportunidade aos conselheiros do COMAM, no uso das suas atribuições enquanto conselheiros, representantes de vários segmentos em poder não só conhecer mais desse processo de acompanhamento contínuo, dos estudos exames laboratoriais para que se ofereça realmente, é lógico que nós sabemos que existe toda uma regulamentação, um rígido controle com relação à qualidade da água servida, mas que nós pudéssemos conhecer mais esse processo, até mesmo para poder quando surgir informações, que nós sabemos como é que por vezes as informações pode gerar polêmica, distorcida e sensacionalista. Presidente Manara comenta se tivéssemos tantos conselhos participativos, como é do histórico do Conselho de Meio Ambiente em São José dos Campos, que todos os assuntos trazidos para conhecimento dos conselheiros, têm os seus representantes. Por isso que sempre reconhecemos e agradecemos as instituições que têm esse devido respeito com o Conselho Municipal de Meio Ambiente, porque a função nossa é ajudar também nesses momentos de conflito, de notícias sensacionalistas, e fakes, mas que estejamos mais preparados para poder contribuir no processo de disseminação da boa informação, e com fundamento. Antes de abrir para manifestação dos conselheiros, justifica que o atrasado se deu devido estar almoçando com Anselmo, o Secretário Executivo do Conselho Estadual do Meio Ambiente, o CONSEMA, junto com os dois conselheiros do CONSEMA, Cláudio Scali, que hoje assume a função de Secretário Executivo da Agência do Vale do Paraíba, estabelecido em São José dos Campos, e Jefferson Rocha que é vice-presidente, que solicitou a justificativa dessa ausência no dia de hoje, porque ela estava acompanhando o Secretário Executivo do Conselho Estadual do Meio Ambiente. Presidente pergunta ao Savio, quando detectado a anomalia, quais são os procedimentos e quanto ao sinal amarelo só deve acender quando detecta uma persistência da desconformidade, qual é o período que define uma persistência? Com a palavra Savio que responde que toda anomalia identificada no momento de uma análise, ela, ao ser colocado no sistema e o resultado validado, todos os responsáveis nos 26 municípios recebem essa anomalia. Então se for uma água de rede de distribuição, o ponto que foi coletado, o horário, o número da amostra, o resultado anômalo com parâmetro, óbvio, e os demais dados da amostra. Dependendo do parâmetro, requer uma coleta para comprovação desses resultados e das ações pela área responsável, tem inclusive um tempo bastante curto para que se execute que é para o parâmetro bacteriológico. Coliforme total fecal no caso é que nós torcemos



para nunca ocorrer, que não é bom e não é permitido que se tenha. Para os parâmetros físico-químicos não exigem uma coleta. Pode se esperar uma próxima dentro da frequência estabelecida na legislação, mas é hábito também porque esse meio de alerta de anomalia vai independente do parâmetro. E quando esse parâmetro, é sobre o produto da desinfecção, geralmente está ligado às estações de tratamento de água, captação superficial, assim a equipe técnica de apoio que trabalha nessa unidade que gerencio formada por engenheiros e químicos dão suporte a essas unidades de tratamento. Por exemplo, ir até a captação, se tiver material orgânico acumulado, orientar para limpeza poço de sucção e/ou barragem e canais, que é a fonte inicial. É onde se deixar essa matéria orgânica entrar junto com a água, aquela primeira "pancada" do cloro, se existir a pré-coloração esse subproduto é formado e a reação se completa na rede de distribuição com vários dias, três dias depois. Que devido a isso a legislação mudou o foco desse monitoramento pensando nesses dois parâmetros discutidos hoje, não se monitora a saída do tratamento; foram escolhidos pontos na rede mais distantes do sistema produtor, ou seja, finais de rede, final de sistemas para que toda essa reação de formação de subprodutos seja realizada, porque pode camuflar um resultado que vai existir de forma prejudicial para a população se você ficar monitorando sair de tratamento, porque não é o tempo suficiente da reação se completar, que ela leva alguns dias. Então esse acompanhamento é feito dessa forma. A anomalia dispara uma ação operacional de acordo com o parâmetro onde aconteceu. Por exemplo, fluoreto é uma correção muito simples, corrige-se de imediato. Quanto à anomalia é persistente, a SABESP informa aos órgãos fiscalizadores, no caso o Centro de Vigilância Sanitária do Estado, na vigência da portaria anterior, de portabilidade, que é onde ficou focada a reportagem, uma avaliação no período de dois anos devido à frequência amostral para cada parâmetro, frequência esta válida para a legislação anterior e, de um ano para a atual. Temos parâmetro para frequência semestral, mas tem parâmetro que é o caso dos subprodutos da desinfecção, que era trimestral. Hoje esses parâmetros são monitorados bimestralmente e houve a diminuição desse tempo. Para São José dos Campos, se tiver uma ocorrência, dois meses depois será feito um novo monitoramento. Mas ações de correções e de investigação são disparadas e a primeira delas é um e-mail automático do sistema Netcontrol que vai para o responsável na operação do sistema e com a atuação do quadro técnico da Divisão de Controle Sanitário já alertando e tentando identificar junto com o responsável pela operação a causa dessa anomalia, isso

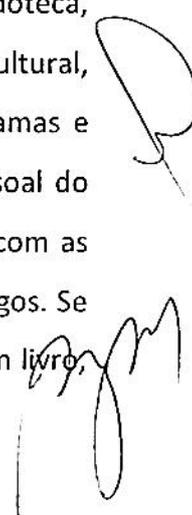


vale para os 26 municípios do Vale do Paraíba. Com a palavra o conselheiro Ricardo Law que pergunta ao Presidente se a Secretaria Municipal de Saúde e a Vigilância Sanitária, órgão do Estado, em nenhum momento se manifestaram a essa notícia veiculada ou até todo esse movimento que foi feito, assim que nós tivemos ciência, acredita, uns 30 dias, que teve ciência dessas informações veiculadas pela mídia, a qual não vê tanto como sensacionalista, mas como alarmantes. Pode ser falso como você mesmo alegou, mas é assustador imaginarmos a possibilidade de haver contaminação na água que nós bebemos em nosso município. Presidente concorda que a palavra correta é alarmante, que na data de hoje conversou com a doutora Margareth, Secretária de Saúde, reiterando o convite, temos uma representante participando presencialmente que vai falar sobre assunto. Com a palavra Gabriela da Secretaria de Saúde, que lembra que houve comentário sobre a contaminação, que vai conversar diretamente com a vigilância, para saber os pormenores dessa situação e depois retornar para o Presidente Manara as informações que conseguir levantar. Conselheiro Ricardo pergunta se a SABESP não distribui mais o IQA para a população. Savio responde que não teve conhecimento da distribuição esse ano, mas provável que na conta de consumo de fevereiro ou março de 2022 esse folder seja encaminhado com a conta. Presidente passa a palavra para a diretora Lola da Secretaria de manutenção da Cidade, departamento das concessionárias, que gostaria de deixar registrado, que independente da SABESP e dos laudos que ela é obrigada a fornecer, vai completar um ano em Julho que a Prefeitura faz uma força tarefa diária com relação a todos os lançamentos irregulares. Então tem equipes da Secretaria de Manutenção da Cidade, da Secretaria de Defesa do Cidadão, que é a fiscalização de posturas e uma equipe da SABESP que acompanha diariamente de segunda a sexta-feira. Essa ação nada mais é do que verificação de todos os lançamentos irregulares que são lançados nas redes de águas pluviais ou vice-versa e nas redes de esgoto. É um trabalho de formiguinha e com isso estamos retirando lançamentos de esgoto irregulares e tem nos ajudado muito, um trabalho de enxugar gelo. Já notificamos os proprietários, damos prazo para que eles corrijam os problemas, e com isso estamos conseguindo regularizar muita coisa, haja vista a região central que foi finalizada. Que está avançando em todos os bairros da cidade, uma ação proativa que a Prefeitura tomou para ajudar muito nesse trabalho junto com a SABESP. Presidente agradece a Lola e anuncia a presença do vice-presidente Jefferson Rocha que já havia colocado a justificativa de presença, pois estava recepcionando o Secretário Executivo do Consema. Agradece



novamente a atenção dispensada pelos profissionais da SABESP por esclarecer vários pontos com bastante propriedade. Que aguarda a participação da SABESP na próxima plenária para a discussão sobre o contrato de concessão com a Prefeitura, um balanço da gestão para a sociedade. Agradece ao Júnior, que anunciou que precisava sair da reunião e ao Gustavo Bahia, conselheiro que está sempre conosco. Com a palavra Savio, que estará a disposição se alguém tiver alguma dúvida em relação ao que foi apresentado, e quiser discutir de forma pontual, ele recebe na Paulo Setúbal, 19. Todo material que foi apresentado ele pode mostrar de forma mais detalhada, abre algumas telas que forem necessárias para maiores esclarecimentos. Presidente pede a Savio que disponibilize a apresentação que farão, com cinco dias de antecedência, para que também os conselheiros possam melhor estudar, analisar e vir com perguntas também objetivas, isso ajuda a dinâmica da reunião. Sávio informa que o material foi disponibilizado dentro do prazo determinado no e-mail do COMAM, mas direcionado ao representante SABESP no Conselho. Presidente passa para Juarez dar continuidade na reunião. Juarez assume e coloca em aprovação a ata do dia 26/04/2022, enviada ao conselho no dia 26/05, nenhuma observação, manifestação contrária, ata aprovada por unanimidade. Segue com a apresentação das atividades e participações da Semana do Meio Ambiente 2022. Com a palavra Madureira, que cumprimenta a todos os conselheiros e convidados, vai apresentar um balanço da Semana do Meio Ambiente, uma agenda em São Francisco e outra na área urbana em São José. Nos dias 27 a 31 de Maio, a agenda da Semana do Meio Ambiente foi no Distrito de São Francisco Xavier. No primeiro dia de 27 de maio, foi abertura da Semana do Meio Ambiente, em São Francisco Xavier, dia da Mata Atlântica, uma Oficina de Observação de Aves dentro da atividade do Festival Avoando e uma exposição junto com a Feira de Produtos da Terra, uma feira de produtores de São Francisco Xavier. À noite na Escola Mercedes Rachid a abertura do segundo Avoando, Festival de Observação de Aves, com 66 pessoas nessa abertura. No telão mostra fotos de projetos da ave jacutinga, com pesquisadores em São Francisco Xavier, um trabalho que desenvolve proteção, conservação da ave, é acompanhada pelo seu desenvolvimento e para evitar o processo de extinção que estava em risco. Essa ave é uma das maiores dispersoras dos frutos da Palmeira Juçara, que estão também no artesanato, mas também para a produção do suco de Juçara e outros produtos, que vincula muito a biodiversidade com viés econômico. Lembra que essa ação de produtores em São Francisco Xavier, tem um trabalho muito forte do pessoal da SDE,

Secretaria de Desenvolvimento Econômico junto com o Turismo, o Ponto Rural, enfim, toda uma sinergia das secretarias e dos departamentos que vão fomentando. Também em São Francisco tem os muriquis, fauna que entrou forte na Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade, através do Departamento de Gestão Ambiental, como um viés importante para uma das linhas de trabalho do Departamento de Gestão Ambiental. Palestras intensas, Oficina de Observação de Aves. Mostra algumas imagens da Oficina, nos três dias teve grupos com monitores, guias orientando a questão de observação de pássaros, em São Francisco Xavier no Parque, que é um espaço muito interessante para a educação ambiental. Em 29 de Maio a observação de aves no futuro Parque do Cerrado. Em 31 de Maio em São Francisco Xavier a Oficina de Compostagem, encontro sobre Lixo Zero, organizado pelo Grupo Regenera com apoio da Prefeitura, uma das atividades foi de oficina de compostagem no Ecopev São Francisco Xavier, que tem esse propósito também de ser um espaço de educação ambiental para conectar a questão de resíduos com a educação ambiental. A agenda na área urbana em São José foi do dia 3 ao dia 10 de junho. Dia 3 de junho, Dia Nacional da Educação Ambiental, no Centro Municipal de Educação Ambiental, dentro do Parque da Cidade, oficina, a roda de conversa sobre Plantas Alimentícias Não Convencionais que ocorre todo mês. E dentro da Semana do Meio Ambiente também essa roda de conversa que envolve uma parceria da SEURBS com a Secretaria de Saúde, através da nutricionista Betinha junto com os estagiários e toda a equipe do Departamento de Gestão Ambiental. Lembra que no início da reunião, Rogério Mazzeo comentou também que o CAEB desenvolve um trabalho muito bacana com as plantas e alimentos não convencionais. Esse tema foi feijão guandu e pariparoba, propriedades nutricionais e todo mês tem alguma planta ou duas que trabalha com a comunidade, presença de 65 pessoas nessa atividade. Tiveram visitas guiadas no Centro Municipal de Educação Ambiental tanto da horta, o Meliponário Municipal que fica com as abelhas sem ferrão, a Central de Compostagem, a Nascente Modelo que tem no Parque da Cidade e a Eco Brinquedoteca, total de 45 pessoas. Em 04/06 no Vicentina Aranha, em parceria com a Fundação Cultural, com a Feira de trocas de CDs, livros, roupas e também uma exposição dos programas e projetos da SEURBS, da Prefeitura na área ambiental. No sábado junto com o pessoal do empreendedorismo e terceiro setor voltado para sustentabilidade, Mara e Débora com as amigas trabalharam e lançaram o Pega Ai, que é uma plataforma de trocas e desapegos. Se a pessoa tem roupa em casa, quer passar para alguém ou quer trocar um CD com um livro,



criaram essa plataforma e também participaram conosco, com a presença de 30 pessoas. Madureira acha importante citar que a URBAM também esteve presente fazendo um trabalho de educação ambiental do destino adequado de resíduos fortalecendo a ação. Dia 5 de junho, domingo, junto com o prefeito, foi feito o plantio de 57 mudas de árvores frutíferas da Mata Atlântica e Cerrado dentro do Programa Pomares Nativos Educativos. É o trigésimo Pomar em São José dos Campos, feito no anel viário próximo à Prefeitura e na avenida com o Colégio Franciscano Nossa Senhora Aparecida que estava completando 57 anos e foi feito o plantio de 57 árvores frutíferas. Foi feita a limpeza na Nascente dos Altos de Santana e na Nascente Salto do Rio Doce, com o grupo do Lixo Zero e apoio da prefeitura, um trabalho de educação ambiental. Esse programa tem essa característica de sempre estar tornando a nascente um espaço educador permanente. Que no Parque Vicentina Aranha com a presença do secretário Manara, teve um diálogo com a comunidade presente para falar dos programas e projetos da Prefeitura ligados à sustentabilidade e também ouvir a comunidade nessa troca com a participação em torno de 65 pessoas. Dia 6 de junho uma promoção do movimento Lixo Zero na Câmara Municipal com vários convidados especialistas na área de resíduos, tratando a ação temática, com a presença também do prefeito Anderson Farias e do secretário Manara, com os especialistas falando o que está acontecendo e o que pode ser feito em relação a resíduos. Dia 7 de junho, Dia Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. O Eco-PEV Urbanova tem um galpão de 100 metros quadrados que já está começando a servir com o propósito de educação ambiental para oficinas com a comunidade, com escolares e com a população em geral. Foi feita uma Oficina de Arte e Reciclagem, os ecos brinquedos e outras atividades também de mosaico com materiais recicláveis. Com a presença de estudantes da FUNDHAS, participaram cerca de 20 pessoas. No dia oito de junho teve atividade da Gerdau, em uma nascente, com cerca de 30 pessoas visitando. O lançamento da nova nascente do Parque Alberto Simões, 36ª nascente, uma manhã muito rica, com plantio, Oficina de Compostagem, Abelha sem Ferrão, envolvendo o Colégio Poliedro e Escola Duzolina que fica na Zona Norte com presença de 50 pessoas. Em nove de junho, penúltimo dia foi realizado visita a Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos da URBAM com a presença de conselheiros do COMAM. No mesmo dia à tarde, uma live sobre as novas tecnologias aplicadas à Gestão Ambiental Urbana com convidadas como Andrea Sundfeld para falar do Programa Arboriza, que envolve saúde das árvores, o QR Code que está sendo colocado nas

árvores e o Programa Observa também de fiscalização por satélites. Todo o Departamento de Gestão Ambiental participou, de forma intensa e teve 51 pessoas participando online do Brasil inteiro conhecendo essas tecnologias inovadoras aplicadas na Gestão Ambiental Municipal, que é muito importante para a troca de experiências com outras cidades. No dia 10 de junho para fechar, teve um bate-papo, uma roda de conversa, uma palestra na Fundação Cultural Cassiano Ricardo na Casa de Cultura Rancho Tropeiro no distrito Regina de Melo com alunos da FUNDHAS. Assuntos sobre tema da Ecologia, uma visão natural, levando para os alunos a questão da sustentabilidade, mas também a importância dessa visão como parte da natureza, como observador e na nossa melhor relação com a natureza no processo de desenvolvimento econômico, ambiental social, com participação de 43 pessoas. Madureira agradece toda a equipe do DGA, a Divisão de Educação Ambiental, na pessoa da professora Vânia e estende a todos os demais estagiários, secretarias, departamentos da Prefeitura, Ponto Rural, o pessoal do Lixo Zero, Regenera, Associação dos Produtores de São Francisco Xavier, APA São Francisco Xavier, Parque Vicentina Aranha, Parque Tecnológico, FUNDHAS, Câmara Municipal, COMAM. Um total de 787 pessoas participou nessa Semana do Meio Ambiente. Juarez agradece Madureira pela organização, que se dedicou a preparação de toda agenda. Agradece aos colegas de todas as divisões que participaram que foi muito rica a semana com a participação de todos, agradece ao prefeito Anderson que participou praticamente de todas as atividades da Semana do Meio Ambiente, disponibilizou um horário, não mediu esforços, inclusive sábado, domingo à noite em São Francisco, na Câmara, ao Nabuco da URBAM, Dênis e Wellington, que ajudaram muito nessa realização. Com a palavra Ricardo Law, que solicita fazer uma consideração a respeito da apresentação do cidadão do Bosque dos Ipês, o senhor Nelson, que apresentou uma solicitação e pede que na próxima reunião do COMAM a Prefeitura traga um retorno do pedido de esclarecimento dos moradores a respeito do problema que estão enfrentando no bairro e pede também que a SABESP forneça ao COMAM, mensalmente, a análise da qualidade da água dos córregos e ribeirões que cortam o nosso município em área urbana. Sugere que seja colocado em discussão dentro do COMAM, não só dentro da Câmara Técnica de Resíduos Sólidos, a revisão do PMGIRS, que é o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, uma vez que essa revisão já deveria ter ocorrido. Juarez responde que com relação ao Plano Municipal da Gestão de Resíduos Sólidos, data é 2025, são 10 anos. Foi realizado em 2015 e a próxima revisão é 2025, que já tem uma equipe



interna para preparar o que chamamos de um diagnóstico que vai subsidiar exatamente esses estudos que está sendo apontando. Que também estão sendo feitas integração com instituições de ensino, nos diferentes níveis, um trabalho, que podemos talvez mais para frente quando tivermos resultados mais consistentes trazer no COMAM. Que está sendo feita com a rede estadual uma programação para atender nas diferentes frentes, entre escolas sustentáveis, hortas comunitárias, enfim, várias atividades por causa da transversabilidade do tema, inclusive nas disciplinas. Que a professora Vânia da equipe de educação ambiental, está atenta ao currículo escolar porque houve uma alteração, inclusive no currículo do ano passado, na grade escolar do município, onde a questão da sustentabilidade entrou mais forte. Que está vendo essa temática junto à educação, em que espaço pode estar atuando em parceria com todas essas instituições. Com a UNESP e o Projeto Nacentes, tem a Escola Sustentável. Então com cada segmento desses da educação, tem um trabalho em andamento, inclusive junto a Secretaria da Educação, com Manara, e o secretário Jhonis para pensar na possibilidade de um grande Centro de Educação Ambiental no Parque da Cidade ligado à Secretaria da Educação e outro em São Francisco Xavier para justamente promover essa integração de todos esses trabalhos, de todas essas frentes e o Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos. Com a palavra Engenheiro Rodolfo, SEURBS, que fará uma apresentação, um resumo que foi elaborado pela arquiteta Ana Cândida para apresentação das atividades que são objeto de licenciamento edilício, pela Prefeitura e aquelas que são dispensadas de licenciamento. Com a palavra Arquiteta Ana Cândida, SEURBS, que inicia informando que teve esse ano a publicação do Novo Código de Edificações, a Lei Complementar 651 de 2022 e também dos dois decretos. Que vai apresentar especificamente do decreto que regulamenta as atividades, mas tem o decreto 19032, específico com relação às questões de sustentabilidade nas edificações. As atividades edilícias, o decreto coloca as atividades que são dispensadas de licenciamento, ou seja, não precisa aprovar o projeto na Prefeitura. Reforma e retrofit em residência unifamiliar, reforma e retrofit em unidade habitacional em condomínio multifamiliar, reforma e retrofit em unidade privativa de edificação não residencial com área máxima de 600 m². Uma sala comercial em um edifício pode fazer uma reforma sem precisar aprovar projeto na Prefeitura e construção de muro de arrimo, essas atividades não precisam vir para a Prefeitura, porém elas têm que ter um profissional responsável técnico habilitado, um arquiteto, um engenheiro ou um técnico habilitado para acompanhar. O fechamento

envidraçado de sacadas também é dispensado de licenciamento, obra e serviço de reparo e limpeza em edificações regularmente existentes, ou seja, aquela que tem Habite-se ou um documento equivalente ao Habite-se pode ter uma ampliação com no máximo 15 m², também não precisa aprovar projeto na Prefeitura, porém deve atender a legislação e as normas técnicas de segurança das edificações. Construção de muro, construção de espelho d'água, poço e fossa, pavimentação de áreas descobertas em terrenos até dois mil metros quadrados, pavimentação de uma área de estacionamento, por exemplo, instalações de toldos retráteis também são dispensadas do licenciamento. As atividades que se enquadram no licenciamento automático, é um processo mais rápido onde é feita a conferência da documentação, porém não tem análise. O projeto fica na responsabilidade do profissional responsável por aquele projeto. Com o novo decreto algumas atividades são obrigatórias. A residência unifamiliar é obrigatória a aprovação no licenciamento automático, comércio classificado como comércio CS, é aquele comércio mais simples, que não tem impacto na vizinhança e no meio ambiente. A indústria nível 1-A também, que é a mais simples, que é um porte até 500 m², que é a confecção, os artesanais, se classificam como indústria nível A, que são dispensados de licenciamento ambiental também. Então eles vão para aprovação automática. Demolições são aprovações automáticas, a reconstrução em edifício regular, no caso de um sinistro, um incêndio, pode reconstruir pedindo a licença automática para a Prefeitura. A Construção de piscina enterrada em residência, instalação de elevadores, plataformas elevatórias e rampas em edificações existentes para a adequação de acessibilidade, a instalação de cerca elétrica e concertina e pavimentação de áreas descobertas em terrenos com mais de 2000 m², também se enquadra no processo automático. Para o licenciamento automático o imóvel deverá estar com a situação fundiária resolvida, sendo que em casa de anexação, desdobro ou desmembramento esses deverá estar concluído e com a nova inscrição imobiliária definida. Casos específicos poderão ser licenciados através do licenciamento convencional, ou seja, um licenciamento que vem para análise e desde que tecnicamente justificados e autorizados pelo órgão competente. Às vezes é um caso específico que demanda uma atenção maior, segue para análise. Têm algumas exceções, alguns casos que não se enquadram no licenciamento automático, como lotes irregularidades ou em áreas de risco, imóveis tombados, atividades que requeiram licenciamento ambiental, atividades que requeiram EVI, empreendimentos com incorporação imobiliária, imóveis em zona rural, imóveis em ZPA-1 ou em ZPA-2

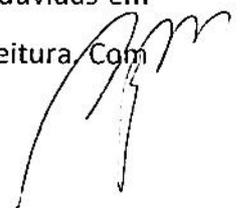


também, edificações sujeitas a outorga onerosa e edificações polo gerador de tráfego. O licenciamento convencional, uma que demanda maior análise, são todos que não se enquadram como dispensados de licenciamento e não se enquadram no automático vêm para análise. A nova legislação também regulamentou o Habite-se Automático, então todo o processo que teve um alvará de construção automático, depois o processo de Habite-se, ele vai para o licenciamento de Habite-se automático. Casos específicos poderão ser licenciados através do Habite-se convencional, desde que tecnicamente justificado também e autorizado pelo órgão competente responsável pelo licenciamento. Os pedidos de Habite-se automático devem ser instruídos com os mesmos documentos do Habite-se convencional.

Ana Cândida explica que foi ampliada a questão da automatização, porque tem uma demanda que vem crescendo na cidade para os processos de construção, gerando agilidade e desburocratização nos licenciamentos. Com a palavra Rodolfo que lembra que nos últimos três anos teve um aumento considerável nos pedidos de licenciamento. Então a figura do automático veio trazer uma facilidade muito grande para os moradores da cidade, porque consegue obter o licenciamento em uma velocidade assim, podemos dizer inigualável comparado a qualquer outra cidade do país. Que teve a publicação esse ano pelo Ministério da Economia do índice de concorrência dos municípios e São José dos Campos ficou em primeiro lugar em tempo de análise e aprovação de projetos, sendo considerado o município com mais de 500 mil habitantes, todas as capitais do país e todos os municípios com mais de 500 mil habitantes, São José ficou em primeiro lugar num total de 10 pontos nós atingimos 7.1. A título de comparação o município que chegou ao segundo lugar ficou com 6.5. Que isso, obviamente, graças à figura do automático que vem ano após ano se consolidando na cidade. Hoje ele já representa mais de 60% de tudo que é aprovado e com um ganho de tempo muito bom. No ano passado fechou com uma média de nove dias para a aprovação do automático. Esse ano a média já está reduzida para seis, sendo que agora no mês de maio a média foi de quatro dias. Então o cidadão que protocolou o processo em uma segunda-feira, na quinta-feira já tinha o projeto dele aprovado podendo iniciar a sua obra. Lembra que foi incorporada no Novo Código de Edificações a isenção da cobrança de taxa de aprovação de projeto para quem tem o seu projeto aprovado no modo normal com até três análises. E no modo automático, como ele já não tem análise, não há incidência de taxa de aprovação. Então o projeto é aprovado, faz-se os registros internamente, registros na Receita Federal e o projeto já é enviado para o protocolo para o municípe receber o seu



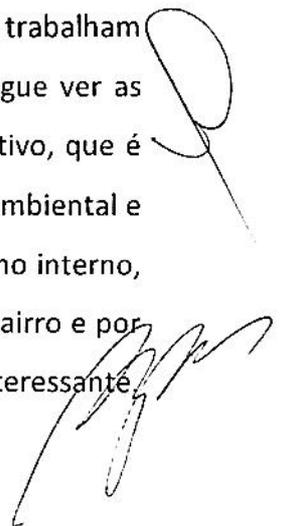
projeto e o protocolo envia de forma eletrônica. Processos abertos pelo Prefbook já recebem por e-mail o projeto e o munícipe não precisa se deslocar até a Prefeitura ou algum dos postos regionais para retirar o seu processo e o cartão de numeração. Com isso, obviamente, um ganho muito grande para a sociedade nesta velocidade. Lembra que a figura do Prefbook, um instrumento importantíssimo desenvolvido na cidade, que permite que o munícipe abra os processos via web sem se deslocar ao Protocolo da Prefeitura ou qualquer uma das unidades regionais. Na aprovação de projetos, hoje o Prefbook representa 60%. De cada 10 projetos protocolados seis já estão sendo feitos pelo Prefbook. Assim, com atualização de toda legislação, reforça que desconhece município no Brasil que tenha conseguido fazer em tão curto espaço de tempo a sua renovação de legislação de forma tão intensa como São José conseguiu. Em 2017 os vazios da Lei de Zoneamento, em 2018 o Plano Diretor, em 2019 a Lei de Zoneamento, em 2020 o EIV e o PGT, a legislação relativa ao polo gerador de tráfego e estudo de impacto de vizinhança. Ao longo de 2021, a construção do Código de Edificações e agora no início de 2022 a publicação do novo código. Ele foi publicado, entrou em vigência em março, e agora em abril e maio pela compulsoriedade para aquelas categorias que representam quase que 80% de tudo que é aprovado, são aquelas categorias que a Ana Cândida exemplificou, residência unifamiliar, comércio CS, indústria de impacto desprezível até 500 m² que dispensa, e não necessita de licenciamento ambiental, essas tipologias representam quase 80% de tudo que é licenciado no município. Então ter essa figura na modalidade do ARA, do Alvará Responsável Automático é sem dúvida alguma um ganho imenso para toda a sociedade. Finaliza e feliz em saber que já está dando os frutos para os munícipes que conseguem ter uma velocidade muito interessante na obtenção do seu alvará de construção. Juarez agradece Rodolfo e a Ana pela excelente explicação e abre a palavra aos membros do conselho que queiram fazer perguntas. Com a palavra Ricardo Law sugere que seja enviada a apresentação para as universidades que possuem cursos de arquitetura e engenharia. Rodolfo responde que já tem agendado com a Associação de Engenheiros e Arquitetos no próximo dia 12 de julho, às 14:30, um bate-papo para retirar dúvida dos profissionais da cidade. Que já realizou uma primeira versão dessa conversa com os profissionais e agora vai para a segunda edição. Convida a todos para participar presencialmente ou via web no dia 12 de julho com os profissionais na Associação de Engenheiros e Arquitetos, exatamente para tirar dúvidas em relação à nova legislação e que o material está disponibilizado na página da prefeitura. Com



a palavra Marcos da Urbam, pergunta se ele consegue alvará automático fazendo a demolição de um prédio de 2000 m² e o resíduo? Como é feito o controle? Ana Cândida responde que é necessário apresentar o projeto de gerenciamento de resíduos. Rodolfo conclui que o fato de o licenciamento estar sendo feito na modalidade do ARA, que é a modalidade do automático, não significa que etapas são puladas, que regras não são seguidas. Toda documentação necessária para a aprovação ela tem que ser apresentada, eventualmente, temos que ter, por exemplo, o licenciamento do COMAER numa edificação próximo da Vila Betânia, na zona de aproximação, não importa o gabarito de altura, tem que ter o COMAER primeiro para depois ser aprovado. Outro exemplo, uma construção de uma residência de 80 m² no Novo Horizonte, tem que ter o PGRCC, eu tenho que ter a matrícula, eu tenho que ter toda a documentação. Rodolfo frisa, o fato de ser na modalidade do automático não exige o proprietário, o profissional de juntar toda a documentação que é exigida no rito normal dos processos. Juarez dá continuidade à reunião agradece mais uma vez Rodolfo e Ana Cândida pela apresentação e chama Andrea da DGA para que faça a apresentação das prospecções e locais para plantio de arborização urbana. Andrea cumprimenta a todos os presentes e os que estão à distância. Que fará uma apresentação bastante sucinta sobre os resultados que estamos obtendo com o Programa Arboriza São José no eixo de atividades de arboricultura. Resultado da prospecção das oportunidades de plantio, e o Programa Arborização está estruturado em cinco eixos. Que a princípio estão trabalhando para repor as árvores suprimidas. E esse trabalho envolve uma metodologia inovadora, que está sendo utilizado um aplicativo, uma plataforma desenvolvida pelo IPT, chamada ARBIO. Eles desenvolveram também um aplicativo que pode trabalhar com tablet ou celular sem a necessidade de estar conectado à internet. Então está sendo validada uma ferramenta junto com o IPT, assim encontrando esses locais para novos plantios. Para esses serviços de prospecção, contratamos uma empresa chamada Progaia, Engenharia e Meio Ambiente, que o valor investido foi de 97 mil. Os recursos são oriundos da compensação ambiental pelas supressões autorizadas e são os recursos que são depositados no FUMCAM. Que é uma forma de devolver esse recurso, justamente para cumprir um compromisso de compensação pelas árvores suprimidas. Foi feito um contrato para 30 mil oportunidades de plantio e usado quais os critérios para prospecção. Primeiro a seleção dos bairros, relacionados às metas do Plano Municipal de Arborização Urbana, que foi o diagnóstico realizado e apresentado à Prefeitura em 2016.



Esse documento aponta quais são as ilhas de calor, os bairros menos arborizados e onde precisa investir. A reposição de árvores que já foram suprimidas, mediante autorização, também as perdas por intempéries quando acontecem chuvas fortes, ventos, que as árvores também são derrubadas ou caem galhos grandes e a árvore precisa ser suprimida ou o próprio estado fitossanitário vai envelhecendo, elas começam a apresentar um declínio, então é autorizada a supressão. Outra coisa importante que está sendo feita é a seleção das espécies adequadas à arborização de calçadas. É importante porque tem que olhar para o espaço que uma calçada possibilita ao plantio. Que foi feito um estudo e tem hoje uma seleção de 60 espécies nativas da Mata Atlântica e do Cerrado. Então estão acontecendo uma parceria importantíssima pela plataforma Pró-Municípios do IPT. Essa parceria possibilita que seja utilizada a plataforma ARBIO e o seu aplicativo e também uma assessoria fundamental para o planejamento dessas ações relacionadas à melhoria e ao incremento da arborização urbana pública. Dos critérios selecionados, ficou definida com a equipe técnica da Prefeitura, a equipe técnica do IPT, quais seriam os espaços para plantar, quais são os portes que recomendados. Então os critérios que são inseridos na plataforma ARBIO dizem respeito à definição do porte das árvores e também ao distanciamento que terá entre as árvores e entre os equipamentos urbanos. Andrea disponibiliza na tela uma planilha dentro do sistema ARBIO a partir dos critérios definidos, a distância entre espécies, espécie de pequeno porte, por exemplo, cinco metros entre elas se forem de médio porte oito metros, de grande porte 10 metros. Qual a distância entre uma árvore e um transformador que está em um poste. O resultado foi que terá prospecção em todas as regiões, Norte, Sul, Leste, Centro-Oeste e Sudeste. Foi iniciado um bloco de bairros próximos em todas as regiões para atender as metas do plano. Que tem metas estabelecidas para plantio de 2018 a 2029, distribuídos, se não total, muitas vezes parcial a meta para que seja distribuído em todas as regiões. Andrea mostra dados para dentro da nossa plataforma interna de dados geográficos chamados São José Viú, uma plataforma que somente as pessoas que trabalham na Prefeitura conseguem ver, mas está disponível no GeoSanja, onde se consegue ver as árvores cadastradas, mas não vemos as áreas de prospecção. Isso tem um objetivo, que é um objetivo estratégico, porque quando foi iniciado o trabalho com a educação ambiental e a comunicação, será dada publicidade a essa informação. Por hora, é um trabalho interno, planejado para definir quais são as espécies que vão ser plantadas por rua, por bairro e por região, porque é preciso garantir uma diversidade de espécies, uma paisagem interessante.



Então, pensar em um biopaisagismo dessas ruas e bairros quando olharmos as regiões, se essa diversidade está bem representada. Que está em fase de contratação, preparando um termo de referência para o plantio e conservação de 18 mil mudas de árvores. Que espera começar esse plantio ainda esse ano e também os trabalhos de educação ambiental que vai dar suporte às ações junto à população. O trabalho está sendo feito pela Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade por meio do Departamento de Gestão Ambiental, Divisão de Parques e Áreas Verdes e Educação Ambiental, Assessoria de Geoprocessamento, Gestão de Contratos e a contratada Progaia. A Secretaria administrativa através do Departamento de Tecnologia da informação e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas em parceria com a Prefeitura. Com a palavra Ricardo Law que pergunta a Andrea sobre o plano de arborização que havia apresentado antes da pandemia e foi paralisado, se tem ideia de quando será retomado. Andrea responde que com a contratação da empresa que está na fase final, já possa fazer o planejamento de qual será a estratégia, desde trabalhar com a educação formal nas escolas em todos os segmentos, escola pública municipal, estadual, particulares e em todos os níveis, desde a educação infantil até pós-graduação, e enfim, todos aqueles atores que também se mostrarem interessados em participar ativamente. A educação ambiental junto às comunidades é a educação ambiental no âmbito não formal. E que também nós prevemos que sejam feitas as atividades mobilizando associações de bairro, igrejas, ONGs. Enfim, é buscar todos os indivíduos e entidades interessadas em participar desse movimento. Juarez agradece a presença dos chefes de divisão do Departamento de Gestão Ambiental, ao Secretário Manara, grande entusiasta das questões ambientais e defensor da ecologia do município, o Prefeito Anderson por todo apoio que tem dado e aos demais diretores da SEURBS. Nada mais a tratar encerra a reunião e eu Marisa do Prado Sá Durante lavre a presente ata.


Marcelo Pereira Manara
Presidente


Marisa do Prado Sá Durante
Secretária Executiva